Presidente reúne as lideranças

O presidente Sarney reuniu ontem os líderes do Governo e do PFL no Congresso Nacional para examinar a proposta orçamentária da União para 1989, que vai sofrer uma redução de Cr\$ 1,3 trilhão para garantir a meta de manter o déficit público em apenas 2 por cento do Produto Interno Bruto (PIB). Na reunião também foi analisada a redução da receita federal em 17,6 por cento, que serão transferidos para os Estados e Municípios, como estabelece a futura Constituição, assim como a transferência de encargos. Junto com os recursos serão repassados cerca de mil programas que atualmente são de responsabilidade do Governo Federal, como o da merenda escolar.

— Eu acredito que vai haver choro e ranger de dentes — sentenciou o senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, ao deixar o Palácio da Alvorada, e comentar a “operação desmonte” — divulgada com exclusividade pelo **C O R R E I O B R A Z I L I E N S E**, na sua edição de domingo — que tem por finalidade fazer uma redução global no orçamento da União para o próximo ano. A proposta vai ser apresentada na reunião ministerial de quinta-feira.

O senador Marcondes Gadelha observou que negou que o Governo tenha a intenção de elevar a carga tributária ou extinguir mi-

nistérios. “O Governo não fará nada que não seja razoável”, comentou, explicando que a intenção do Governo é tornar a “estrutura mais leve, mais solta”, privatizando as empresas estatais que são prescindíveis à administração pública. Mas, para se livrar da responsabilidade de ter de demitir, o Governo vai repassar os programas com os funcionários para a esfera dos Estados e dos Municípios com a nova distribuição de tributos imposta pela futura Constituição.

— O órgão que sair da esfera federal leva também os funcionários e as despesas — avisou Gadelha, jogando aos Estados e aos Municípios a responsabilidade pela garantia da continuidade dos programas e a manutenção dos servidores. Tudo, garantiu, vai ser feito dentro do que já foi aprovado pela Constituinte. Mas o presidente Sarney espera pelo enxugamento do texto constitucional, para retirar aberrações como a anistia fiscal que vai produzir um impacto superior a 750 bilhões de cruzados ao Tesouro Nacional. Ele espera o bom-senso especialmente do deputado Ulysses Guimarães, que já demonstrou a sua posição com relação à necessidade de se reparar os excessos do primeiro turno de votação.

Da reunião participaram também o líder da maioria e do Governo na Câmara,

deputado Carlos Sant’Anna; e o líder do Governo no Senado, senador Saldanha Derzi; o líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço; e o ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ronaldo Costa Couto.

Sarney deseja, segundo o senador Marcondes Gadelha, que a Nação inteira discuta a política de cortes nos gastos públicos, cujo objetivo é reduzir o déficit público para 2 por cento no próximo ano. “Nesse patamar ficará o déficit, gerado principalmente pelo pagamento de juros da dívida interna. O déficit fiscal será zerado”, garantiu Gadelha.

O que o Governo pretende é dar à Nação uma demonstração de que já está fazendo a sua parte em matéria de combate ao déficit público e, por extensão, à alta inflacionária, segundo o Presidente da República fez questão de acentuar, na conversa que teve, ontem, com o líder da bancada do PFL no Senado.

— O que é importante assinalar — disse o senador — é que pela primeira vez no Brasil a elaboração de um Orçamento para o exercício financeiro seguinte é objeto de uma ampla discussão pública. O Governo deseja que a sociedade participe desse debate, a fim de que comprove sua intenção de dar uma consanamento econômico-financeiro. O debate deve ser o mais amplo e o mais transparente possível.